

Amazonino controla Assembléia e evitaria pedido de autorização para processá-lo

Único caminho para provar irregularidades do governador é o Ministério Público

Ailton de Freitas/24-1-96

Denise Rothenburg

Enviada especial

• MANAUS. Citado em denúncias de compra de votos a favor da reeleição e de favorecimento de empreiteiras e vendo seu governo atolado em acusações de superfaturamento e contratação de obras sem licitação, o governador do Amazonas, Amazonino Mendes (PFL), dificilmente terá a administração vasculhada ou submetida a uma investigação estadual que o impeça de exercer seu mandato até o fim. Para processar o governador, é preciso autorização da Assembléia Legislativa, mas a maioria dos deputados segue as orientações de Amazonino.

O único caminho de apuração das denúncias que foge ao seu controle é o Ministério Público Federal, no qual três procuradores se revezam na apuração das representações feitas pelos partidos de oposição e ameaçam denunciar o governador por improbidade administrativa, caso descubram recursos do orçamento da União incluídos em alguma irregularidade. Até agora, isso não foi provado.

— Temos três representações aqui feitas pelos partidos de oposição. No caso das obras realizadas pelas empreiteiras do estado, já encaminhamos uma solicitação à Superintendência da Zona Franca de Manaus e ao Tribunal de Contas da União para que nos encaminhem uma listagem com todas aquelas financiadas total ou parcialmente com dinheiro público federal. Se houver alguma irregularidade nesses contratos, o governador ou o responsável poderá ser denunciado por improbidade administrativa — diz Sérgio Lauria Ferreira, chefe do Ministério Público Federal no Amazonas.

Procuradoria está investigando três tipos de denúncia

A Procuradoria da República está atuando em três frentes: compra de votos, superfaturamento de geradores e, ainda, compra de carros importados para a polícia. No caso da compra de votos, a Procuradoria incluiu a reportagem do GLOBO em que Fernando Bonfim, ex-sócio da construtora Econcel, revela que Amazonino é o dono da empresa e que ele era um testa-de-ferro do governador. A reportagem e as denúncias de oposição sobre o cartel de empreiteiras foram suficientes para a requisição dos contratos.

Na Assembléia Legislativa, a oposição já jogou a toalha. Frustrados, os parlamentares, pelo menos por enquanto, deram por encerrada a caça à oitava assinatura — a única que falta para instalação de uma comissão parlamentar de inquérito. Dos 24 deputados, Amazonino controla 17.

A esperança dos opositores para instalar a comissão era a deputada Márcia Costa (sem partido), que, depois de reunião com o governador, desistiu de assinar o requerimento de criação da

CPI. Casada com o prefeito de Novo Airão, Wilton Santos (PPB), ela, segundo informações dos parlamentares que apóiam o Governo, desistiu para não prejudicar o marido.

O líder do PCdoB, Eron Bezerra, passou a semana em busca da assinatura de Márcia e de outros dois parlamentares que estavam irritados com o governador. Sexta-feira, mudou de estratégia. Na representação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em Manaus, houve uma reunião para programar um novo ato público que deverá ocorrer no Centro da cidade ao longo da semana. A oposição quer ainda espalhar outdoors pedindo apuração das denúncias.

— Se não for pela sociedade civil pressionando não vai. Vamos ressuscitar o movimento pela ética na política, conversar com prefeitos do interior para que eles pressionem os parlamentares — afirmou Eron.

Todo o empenho, no entanto, pode ser inútil. Amazonino, que governa o estado pela segunda vez, é citado como um campeão de votos, o que estimula os prefeitos e políticos a permanecerem ao seu lado.

Ele entrou para a política em 1982, como prefeito de Manaus

indicado pelo governador Gilberto Mestrinho — naquela época ainda não havia eleição direta para prefeito de capital, restabelecida apenas em 1985. Sob as bênçãos de Mestrinho, ele acabou chegando ao Governo do estado em 1986, onde começou um revezamento Prefeitura-Governo com seu padrinho político.

A lua-de-mel política entre Mestrinho e Amazonino durou até 1992 — coincidência ou não, ano em que foi fundada a construtora Econcel. Naquele ano, Mestrinho não apoiou Amazonino na sua candidatura para prefeito.

Briga com padrinho político Mestrinho foi em 1994

A briga se acirrou em 94, quando Mestrinho era governador e foi surpreendido por outra coincidência: no fim de janeiro daquele ano, surge a Decisão, fundada por um antigo sócio da Econcel — Francisco Guimar Xavier — denunciado por Bonfim como seu antecessor na função de testa-de-ferro do governador.

Na época, Mestrinho ficou no governo até o fim do mandato. Fez do seu filho, José Thomé Mestrinho, deputado federal. Mas, desgastado pelo desabamento do sambódromo, que fez fracassar a campanha de seu candidato ao

Governo, Sérgio Cardoso, Mestrinho acabou tendo que apoiar Amazonino como seu sucessor. Mas o casamento dos anos 80 estava desfeito.

A oposição tem outra versão para o fim da lua-de-mel:

— O Amazonino é assim: ou elimina os adversários no tapetão ou faz a aliança mais ampla possível para evitar derrotas. Em 98, a oposição estará unida contra ele — promete Eron.

Os aliados do governador, no entanto, juram que tudo que a oposição diz é mentira. O deputado Pauderney Avelino (PFL-AM), que entrou para a política em 1990 pelas mãos do governador e também está envolvido na denúncia de compra de votos, garante que ele sairá de todo esse desgaste fortalecido e desafia a oposição a derrotá-lo nas urnas em 1998:

— Estão querendo linchá-lo. Mas ele vai sair é fortalecido. Já bateram tanto que vão acabar por santificá-lo. Temos pesquisas que mostram isso. A população não aceita esse massacre. A partir de domingo, preparem-se: ele já está se recuperando do abalo emocional por ver o filho citado e virá com força total em defesa de seu projeto de governo — diz Pauderney. ■



AMAZONINO MENDES: apesar das acusações, fama de campeão de votos atrai apoio dos políticos e prefeitos